

✓
Melo

ACTA Nº 26
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-06-98

PRESIDÊNCIA ABERTA 1ª REUNIÃO – FREGUESIA DA CACIA

Aos vinte cinco dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e noventa e oito, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Cacia, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Vereadores Srs. Dr. José da Cruz Costa, Eduardo Elisio Silva Peralta Feio, Jaime Simões Borges, Eng.º Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Domingos José Barreto Cerqueira, Dra. Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos e Dr. Vítor Manuel Santos Marques.

Presente também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacia Major Lucas Amaro.

Pelas 10 horas foi declarada aberta a presente reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

BOAS-VINDAS: - O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacia fez a seguinte intervenção:

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Alberto Souto de Miranda; Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Aveiro; Exmos. Senhores Técnicos da mesma Câmara; Minhas Senhoras e meus Senhores. É com muito orgulho e grande honra que recebemos V. Exa. nesta casa, hoje transformada em Salão Nobre da Vila de Cacia. A visita e estada de V. Exa nesta Vila e as razões que as determinaram são para nós, povo de Cacia, motivo de grande satisfação e regozijo, e a prova de que hoje, ainda há homens de palavra. Homens para quem a palavra ainda tem o significado de outrora, o significado que lhe deram os nossos antepassados como os célebres Egas Moniz (tutor de D. Afonso Henriques) e D. João de Castro (vice-rei das Índias). O acto que aqui estamos a realizar, e que tem por finalidade dar as boas vindas a V. Exas. e desejar que se sintam bem na nossa terra, tem, também o significado, para nós histórico, de assinalar três coisas muito significativas e importantes, que passo a referir: A primeira, o cumprimento da promessa feita pelo Exmo Sr.

Dr. Alberto Souto, de realizar presidências abertas nas freguesias do concelho. A segunda – O
facto de V. Exa., Sr. Presidente, ter decidido realizar a primeira presidência aberta, na Vila de Cacia, que fica a constituir um marco histórico para esta Vila e também para a Câmara a que V. Exa. preside, por ter sido a primeira vez, na história desta vila, e creio que também do concelho, que um acontecimento desta natureza se verifica. A terceira é a prova de que V. Exa. está empenhado em ajudar o povo desta freguesia e alcançar os níveis de bem-estar a que tem direito e que bem merece. Como representante, eleito, deste povo, quero aproveitar esta oportunidade para apelar à inteligência, competência e capacidade de decisão de V. Exa. Sr. Presidente, no sentido de tomar em consideração as carências que afectam o povo desta freguesia (designadamente no saneamento e salubridade; rede viária; saúde e habitação social) e colocar todo o seu empenhamento na resolução das mesmas. Para isso, Sr. Presidente, pode contar com a nossa empenhadíssima colaboração. Estaremos atentos e disponíveis para ajudar, mas também seremos críticos quando necessário, prometendo fazê-lo sempre de forma construtiva. Porque temos consciência de que, só trabalhando em equipa poderemos alcançar os nossos objectivos. E temos também a certeza de que, o que de bom fizermos nesta freguesia, concorrerá para o engrandecimento e bom nome da Câmara a que V. Exa. preside. Para terminar, permita-me Sr. Presidente, que aproveite esta ocasião para, na pessoa de V. Exa., aqui prestar uma pequena e simples, mas sentida e sincera, homenagem do povo de Cacia, recordando a memória de um homem que foi um grande amigo desta terra, que a visitava com muita frequência, e que, durante essas visitas se dedicava à arqueologia, de tal modo, que a ele se deve a descoberta da única referência histórica aqui existente, conhecida pelo “oppidum”, onde encontrou, entre vários restos de cerâmica, uma pequena, mas significativa peça de barro, a que chamou “Auforéta”. Que hoje se encontra no Museu de Aveiro. Mas, além daquela descoberta, esse Senhor (numa atitude de amizade e carinho para com Cacia e o seu povo) baptizou Cacia com o qualitativo de “Avozinha de Aveiro”. Esse homem chamava-se Alberto Souto. E, para quem não saiba, era avô de V. Exa. A ele dedicamos aqueles três expositores e para ele, elevemos o nosso pensamento e saudêmo-lo com uma salva de palmas. Muito obrigado a V. Exas. Tenho dito.”

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras que considerou amáveis e simpáticas do Sr. Presidente da Junta, e os gestos simbólicos que teve por bem mencionar nesta ocasião. Disse que esta primeira presidência aberta concretiza uma promessa eleitoral mas, mais do que isso, é o cumprimento daquilo que entende que deve ser o exercício saudável do poder autárquico, pois as pessoas devem ter facilidade em encontrar os responsáveis autárquicos e embora a porta da Câmara esteja sempre aberta e as reuniões públicas tenham

essa função, entende que a Câmara deve vir ao encontro das pessoas, pelo que estas iniciativas visam isso mesmo; o contacto directo com os problemas que as pessoas têm no dia-a-dia, identificar melhor as formas de os resolver, ouvir as suas aspirações, ideias e projectos e pensamos que se fizermos isso nos locais, em contacto directo com a realidade e com a ajuda dos técnicos, a facilidade e o rigor com que se tomam as decisões políticas, será, certamente, acrescida. É grande a nossa expectativa em relação a esta presidência aberta e, portanto, agradecemos a presença de todos e esperamos que tudo corra bem. Não houve nenhuma razão especial para começarmos por Cacia, é sempre difícil estabelecer um critério e o facto de começarmos por aqui não significa que os problemas de Cacia vão ficar todos resolvidos e que as outras freguesias vão ter que esperar pela presidência aberta para verem resolvidos os seus problemas mais prementes. Cacia tem, de facto, problemas urgentes e achámos que poderíamos começar por aqui a experiência. Cacia é, de facto, uma Vila carregada de história e, como o Sr. Presidente lembrou, é uma das avózinhas de Aveiro e eu queria evocar aqui, simbolicamente, o Brasão de Cacia onde figura a anforeta, o que é um sinal da existência de população nesta zona; o milho que significa a agricultura, que teve sempre uma actividade importante nesta freguesia e teremos aqui a oportunidade de falar nos problemas que os agricultores sentem; o Vouga, sobre o qual iremos também ter a oportunidade de falar nesta reunião sobre os seus problemas ambientais e sobre o aproveitamento da pista do Rio Novo do Príncipe para a prática do Remo; e, finalmente, o outro elemento que consta do brasão da Vila de Cacia é a chaminé. Cacia, de facto, ao longo dos tempos, tem vindo a sofrer transformações, soube acompanhar o progresso e, neste momento, como todos sabemos, as maiores empresas do concelho de Aveiro estão sediadas em Cacia. Todos estes motivos são só por si mais que suficientes para que se justifique, plenamente, uma primeira presidência aberta em Cacia. Portanto, muito obrigado Sr. Presidente.

Imediatamente a seguir, o Sr. Presidente convidou o público presente e residente naquela freguesia a intervir para, se assim o pretenderem, exporem assuntos que considerem problemáticos, pelo que, pela ordem que a seguir se indica, foram usando da palavra e colocando as questões que se mencionem, os seguintes munícipes:

1º. Sr. Fernando Pereira, morador na Rua da República, que começou por exprimir o seu prazer em ver a visita da Câmara à Vila de Cacia. De seguida, apresentou reclamação contra o facto de o referido arruamento se ter transformado numa rua de partilho, ou seja, ter tomado um aspecto perfeitamente urbano e estar transformada num perfeito corredor de

camions pesados, durante toda a noite e todo o dia, o que provoca constantes barulhos que perturbam muito os seus habitantes, acrescentando a isto os constantes remendos que estão a fazer ao longo da Rua, com a abertura de valas para esgotos e ligações de água e reposição mal feita, que deixam imensas lombas na estrada o que proporciona um maior aumento do barulho. Sugere, por isso, que se proíba o trânsito aos veículos pesados, principalmente aos estranhos à área, entre a Rua Vale Caseiro e o cruzamento da Celulose, passando a via em causa a ser uma rua de uma vila, mais calma e menos perigosa, melhorando assim a qualidade de vida dos seus moradores e, quanto ao trânsito pesado que não necessite de entrar na Vila, poderá circular pelos acessos do IP5. Outro assunto que abordou diz respeito à chaminé da Funfrap. Em sua opinião e, embora toda a gente pense que o maior poluidor de Cacia é a Celulose, as suas queixas vão mais para os fumos da Funfrap porque realmente quando há descargas da Funfrap, a roupa e as árvores aparecem queimadas. Assim pedia que a Câmara tomasse as suas providências quanto a esta questão;

2º. D. Maria Dias de Oliveira o seu problema é mais pessoal e diz respeito à venda de um terreno que fez à Câmara e do qual ainda só lhe pagaram 50% e, para além disso, tendo a certeza que o seu pai só se comprometeu com a venda de um, dizem-lhe agora que vendeu dois. O Sr. Presidente comprometeu-se, perante a munícipe, a mandar verificar o processo, após o que lhe dará uma resposta mais concreta sobre o assunto;

3º. Ouviu-se, de seguida, uma munícipe residente igualmente naquela freguesia, há mais de sete anos, sendo o problema que quer colocar relacionado com a sua habitação, a qual apresenta graves deficiências de construção, tornando-a muito húmida estando a provocar doenças respiratórias nos seus filhos e ela própria sofre bastante da parte óssea, o que também é justificado pelo grau de humidade da casa. Disse, também, que está inscrita, em nome de seu marido, José Armino Marques de Matos, nos concursos de habitação social promovidos pela Câmara desde a altura em que veio para aqui viver e que, até hoje, ainda não foi contemplada. O Sr. Presidente informou que está já aprovada a construção em Cacia de um conjunto de 10 habitações sociais que irá ser iniciada, em princípio, ainda no ano em curso e que irá contemplar a situação dos agregados familiares em situações mais carentes;

4º. O Sr. Domingos Gaspar, como representante da Casa do Povo de Cacia, apresentou o seguinte assunto: dada a proximidade do posto médico e de associações que funcionam junto à Casa do Povo, ultimamente tem-se verificado um grande movimento de pessoas e veículos que provocam grande engarrafamento de trânsito. Acontece que a Casa do Povo de Cacia, adquiriu há alguns anos uma parcela de terreno anexa à Casa do Povo, com cerca de 3000 metros quadrados e que se encontra a monte, pelo que propunha que a Câmara visse o terreno e mandasse averiguar o que poderá ser feito naquele local, como por exemplo

um parque estacionamento e de lazer ou um parque desportivo ou outro equipamento que tenha interesse a nível de interesse comunitário;

5º. Tiago Sousa Moreira, residente há 35 anos no lugar da Quintã do Loureiro (Rua da Paz) em Cacia faz uma explanação sobre todos os problemas que ao longo dos anos têm passado por aquele lugar, após o que apelou para que a Câmara intervenha naquele arruamento dado o avançado estado de degradação do respectivo pavimento, provocado pelas inúmeras cheias que acontecem durante os Invernos e que alagam todos os terrenos e, ainda, a falta de iluminação e a dificuldade de acessos. O Sr. Presidente informou que a artéria em causa consta da lista dos arruamentos a visitar no decurso da presidência aberta, pelo que os problemas focados serão verificados no terreno;

6º. Sr. António Ferreira começou por questionar como é possível a população de Cacia ter boa qualidade de vida, com a emissão de gases provenientes da Funfrap e que se fazem sentir, particularmente, na Rua do Vale Caseiro, Rua da República, Quintã do Loureiro, Taboeira, etc. Gostava de ver o Município a actuar melhor nesta área e fazer algo para evitar a poluição que esta Indústria produz e que em sua opinião, são piores que a localização da lixeira em Taboeira. Gostava também que o informassem como se irá processar o fecho das valas que estão a ser abertas para a colocação de saneamento, se vão ficar abertas durante anos ou se pensam abrir e fechar para evitar uma maior degradação dos pisos dos arruamentos, para além de poderem ocorrer acidentes. Referiu-se, ainda, aos serviços de limpeza que recentemente foram efectuados na Escola nº 2 de Cacia para mostrar a sua indignação pelo facto de, durante todo o ano lectivo, não ter havido a preocupação de o terem feito não obstante as ervas estarem bastante crescidas e agora, que as aulas estão a terminar, é que vieram executar os trabalhos;

7º. Sr. Jorge Afonso manifestou o seu regozijo por esta posição da Câmara, dizendo que foi necessário um quarto de século de democracia para se iniciar um processo de abertura, ou seja, para que a Câmara descesse até às Juntas de Freguesia para se inteirar dos reais problemas e carências das suas populações. Recordou alguns encontros que teve com o Sr. Presidente durante a campanha eleitoral, dado que também foi candidato à Câmara, durante os quais anotou algumas das promessas que fez e afirmou que ficou satisfeito com a eleição do Sr. Presidente, esperando que essas promessas sejam cumpridas. Disse que, em sua opinião, a Câmara anterior olhou muito para as duas freguesias do centro da cidade e desprezou as freguesias limítrofes e isso hoje está-se a verificar aqui nos problemas pequenos, mas que são reais, que estão aqui a ser apresentados e que afectam a vida e a qualidade de vida das pessoas. Pensa que uma das melhores maneiras de resolver estas questões é, de facto, dar autonomia às Juntas de Freguesia para que estas não sirvam só para competências de pró-forma. Depois fez referência à falta de saneamento naquela freguesia e questionou se na freguesia de Esgueira, ou

noutra mais próxima da cidade, se verificassem problemas desta natureza, se eles não teriam sido já resolvidos porque, no centro da cidade, não se permitiria uma cosa dessas. Julga que se impõe que a Delegação de Saúde venha constatar o que se passa. A propósito da pista de remo do Rio Novo do Príncipe, pediu que a Câmara não esquecesse um pormenor muito importante que é a Colectividade Popular de Cacia. Após a interrupção das provas de remo, a dada altura, a Portucel efectuou um tratamento secundário e a qualidade da água melhorou muito e isso contribuiu para reactivar as provas e, por isso, se há meia dúzia de anos para cá existem provas, foi a Colectividade Popular de Cacia a responsável que, todos os anos, tem organizado essas provas a nível regional e nacional;

8º. O Sr. João Baptista, residente na Quintã do Loureiro, veio apresentar um problema relacionado com uma vala existente naquele lugar, a qual ladeia o seu quintal e cujas águas, este Inverno, subiram demasiado e estragaram completamente as colheitas do seu quintal e dos limitrofes. Julga que isto aconteceu devido à pavimentação da Rua da Alvarça, uma vez que, só a partir dessa altura, é que se verificou o alagamento dos terrenos. Para evitar estes inconvenientes, sugeriu que se afunde ou se emanilhe a vala, pois que a única limpeza que é feita é por si e é com muita dificuldade que o faz. Acresce, ainda, que num dos referidos terrenos crescem muitas silvas o que origina mais a acumulação das águas e é também o próprio que efectua o seu corte para que mais facilmente as águas corram. Apelou por isso para que a Câmara, em colaboração com a Junta, tomem as providências indispensáveis para que no futuro esta situação não se repita;

9º. D. Maria Manuela Martinho do Vale que, como Membro da Assembleia de Freguesia de Cacia disse estar muito grata pela visita da Câmara à Vila de Cacia. Como cidadã e antiga Professora, perguntou ao Sr. Presidente para quando está programada a construção de um pavilhão gimnodesportivo em Cacia para apoio a todas as Escolas da freguesia. Acha que a construção de um equipamento desta natureza evitará muita desgraça no seio da juventude e seria um grande benefício para a Vila. Mostrou a sua satisfação por esta deslocação da Câmara a Cacia contemplar a visita a muitas colectividades e formulou votos para que, em próxima oportunidade, a Câmara visite as restantes e apoie as suas actividades, porque apoiando as colectividades desportivas a Câmara está a proporcionar aos jovens uma vida mais digna;

10º. D. Rosa Maria Pratas congratulou-se, também, com esta tomada de posição da Câmara. Acha que é uma posição claramente de respeito pelos cidadãos e formula votos para que as ideias aqui ventiladas sejam, efectivamente, postas em prática. Acha que a freguesia de Cacia é muito carenciada, a todos os níveis, com uma componente agrícola importante e que sofre de muitos desajustamentos, ao nível, essencialmente, da qualidade de vida. Para si, enquanto a maioria das pessoas falam nos fumos da Funfrap, ela fala nas cinzas que

frequentemente caiem sobre as pessoas. Entende que a freguesia merecia uma análise num contexto global para uma melhoria da qualidade de vida dos seus moradores porque Cacia precisa, realmente, dessa atenção especial;

11°. Sr. Alfredo Maria Pereira, morador há 32 anos na Rua Vale Caseiro. Cumprimentou a Câmara e disse que após a recuperação da estrada que passa no centro da Vila, o trânsito fez-se todo, durante muito tempo, por aquela Rua e degradou o pavimento, com maior incidência a nível de valetas e há mais de 10 anos que isto se verificou e nada ainda se fez. No cruzamento da Rua do Vale Caseiro com a Avenida Fernando Augusto de Oliveira e com a Rua Amadeu do Vale, existiam umas condutas de água que passavam por baixo e quando foi feito o saneamento, o trabalho não ficou como estava e os autarcas de então nunca tomaram as devidas providências. Acontece que a água das valetas corre pelas estradas e as viaturas ao passar, atiram com as águas para cima das pessoas, como é o caso das crianças que vão para a escola e que, frequentemente, ficam todas molhadas. Reforçou, também, que os fumos da Funfrap, para além de estragarem todos os produtos hortícolas, provocam de facto problemas a nível de saúde pelo que agradecia a todos os responsáveis pelo ambiente que analisassem os fumos da Fábrica para que de uma vez por todas se tirem conclusões;

12°. Sr. Fernando Augusto de Oliveira que como cidadão disse estar muito satisfeito por se sentir rodeado pela Câmara Municipal de Aveiro e diz que, para ele, isto não é totalmente inédito pois já aconteceu aqui uma reunião com a Câmara e os seus técnicos e todas as Juntas de Freguesia, que também foi muito importante pois cada Junta apresentou os seus problemas e resultou muito benéfico. De seguida, abordou os seguintes casos que em sua opinião mais afligem a freguesia e um deles, já aqui abordado, é a poluição. Parece-lhe que se recuou uns vinte anos atrás em relação ao que se via na freguesia. Fomos acompanhando, o sistema foi melhorando e agora, há uns meses a esta parte, é de facto demasiada a carga de poluição sentindo-se, muitas vezes, muita dificuldade em respirar. Não quis citar nomes porque de facto são várias as indústrias nesta Freguesia mas de algumas vem a parte negativa, pelo que se espera que a Câmara faça algo para melhorar o sistema. Outro problema que se regista no lugar de Taboeira é o da lixeira, instalada na sua maior parte na Quintã do Loureiro causando apreensão o que irá acontecer no futuro. Temos informação que é quase uma dezena de Câmaras que vem lançar os seus lixos aqui e não sabemos as consequências. Esperamos que a Câmara tenha tudo muito bem organizado, de forma a que a freguesia não seja vítima de mais esse flagelo. Outra questão é o Mercado Abastecedor que sempre se disse que iria situar-se em Cacia, contudo foi contemplado para Esgueira. Agora algumas vozes discordantes começaram a dizer que ele iria para outra face do concelho. Desconhece se isso será vantajoso ou não e pergunta se de facto isso já está definido. Quanto ao mercado de Cacia, havia projecto para

cobertura e entretanto nada se fez, gostaria de saber em que situação se encontra. Outro caso que se arrasta é a PS à linha do CF cuja construção traria imensas vantagens para a vida comum da população de Sarrazola e de toda a freguesia, visto que se formam bichas intermináveis na actual passagem de nível;

13°. D. Maria Helena Carvalho Gonçalves. Possui um terreno na Póvoa do Paço, mais concretamente no Monte de Vilarinho, quer dar uma parcela ao neto para este fazer uma casa e os serviços da Câmara dizem-lhe que não pode ser porque é zona verde. Pergunta a razão desta afirmação dado que, mesmo ao lado, já existem outras construções. O Sr. Presidente informou a reclamante que irá mandar verificar a situação e posteriormente informará;

14°. D. Marília Gomes proprietária de uns armazéns no lugar da Junqueira pede que a Câmara providencie a pavimentação dos arruamentos de acesso e mande colocar um contentor para lixo, pois os armazéns já se encontram alugados e os arrendatários queixam-se da falta deste equipamento. Para além disso pede, ainda, que a Câmara faça uma visita ao local para se aperceber dos cheiros nauseabundos que ali se sentem, ao que julga provenientes da Ilhamar, e que tome medidas para que se evite este inconveniente;

15°. D. Arminda Pereira residente na Rua Marquês de Pombal, pede que a Câmara interceda urgentemente no sentido de aquele arruamento ser dotado de saneamento e melhor iluminação;

16°. Sr. Fernando Simões de Moura deu as boas vindas à Câmara e formulou votos para que esta reunião dê os seus frutos positivos. De seguida aludiu aos problemas das cheias provenientes da subida das marés, o que provoca o alagamento dos campos com água salgada e, conseqüentemente, danifica todas as culturas. Pede a intervenção da Câmara nesta matéria, nomeadamente que algo se faça para evitar a invasão das águas salgadas e se avance com o projecto há anos iniciado com vista ao emparcelamento do Baixo Vouga;

17°. Sr. Manuel Ferreira aludiu aos acessos ao IP5 que em sua opinião se encontram num estado perfeitamente calamitoso e propícios à ocorrência de acidentes e referiu o caso concreto da saída da Ponte, para o lado de Taboeira, onde colocaram um traço contínuo que não permite a ultrapassagem, contudo, ele e outros proprietários de uns pinhais situados ali perto, para terem acesso a estes, não têm outra alternativa senão pisar o traço contínuo donde podem resultar acidentes graves. Pergunta de quem é a responsabilidade pela resolução deste assunto se da Câmara, se da Junta de Freguesia, se da Junta Autónoma de Estradas pois já há cerca de três anos que anda a bater-se pela resolução deste problema. Fez ainda uma referência às valas que se encontram a "céu aberto" provenientes de esgotos domésticos no lugar da Quintã e questionou se será possível que esta nova Câmara possa pôr cobro a estas situações.

Finalmente fez referência a uns entulhos que estão acumulados à saída da referida ponte sugerindo que os mesmos sejam utilizados para resolver alguns dos problemas focados;

18º. Sr. Joaquim Martins Teixeira residente na urbanização a Sudeste de Cacia, fez uma alusão aos acessos às respectivas moradias que há diversos anos estão prometidos sem nunca terem sido executados, sendo muito difícil entrar nas garagens. Para além deste inconveniente, junto a algumas habitações, existe uma vala que, no Inverno, alaga tudo, tendo os respectivos moradores que colocar tijolos para poderem entrar nas casas, acrescentando ainda o facto de, juntamente com as águas, vir muita bicharada que entra pelas habitações. Finalizou lastimando os factos apontados e a falta de cumprimento por parte das Câmaras anteriores dos compromissos assumidos aquando da venda dos correspondentes terrenos;

19º. Seguidamente, a Srª. D. Angela Carvalho entregou à mesa um abaixo-assinado de vários proprietários e/ou moradores da Urbanização a Sudeste de Cacia, do seguinte teor: "Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro Os abaixo-assinados, proprietários e/ou moradores da Urbanização conhecida por "Sudoeste de Cacia", ou "Cacia-Nova", vêm por este meio, junto de V. Exa., renovar os protestos da sua indignação pela forma como os responsáveis dessa autarquia os têm tratado ao longo dos últimos dezassete anos, altura em que os lotes começaram a ser vendidos, entregando-os, desde então, a um completo desprezo, ignorando sistematicamente as suas queixas e desrespeitando o compromisso assumido pela própria Câmara, na altura da venda, em criar as condições de urbanidade, nomeadamente, através da promoção das infra-estruturas adequadas a um empreendimento deste tipo. No entanto, a realidade tem sido outra: a rede de água e esgotos foi instalada "a ferros", a rede eléctrica pública é deficiente; muitos passeios não estão acabados, outros nem sequer começaram; os arruamentos sem asfalto (ou calçada) lembram "caminhos de cabras", as praças interiores estão "a monte", não existem espaços lúdicos para as crianças, nem espaços desportivos abertos para os jovens, a limpeza das bermas e passeios é rara e deficiente. A Urbanização de "Cacia-Nova", outrora tida como a menina dos olhos" da Câmara Municipal de Aveiro, está precocemente envelhecida, reduzida a um autêntico bairro de lata. Os abaixo-assinados, que se sentem defraudados, já que investiram numa urbanização propagandeada como "exemplar" para, depois, e ao longo destes anos, terem que sofrer (e pagar) as consequências nefastas da inércia autárquica, apelam a V. Exa. no sentido de serem tomadas medidas urgentes para a resolução de todos os problemas apontados, satisfazendo, assim, os compromissos outrora assumidos pelos responsáveis dessa Câmara."

20º. Finalmente foi pelo Sr. António José da Silva Caxeiro focado o problema relacionado com a falta de números de polícia no lugar de Vilarinho, situação que provoca grandes transtornos na distribuição da correspondência, pelo que urge tomar essas medidas.

4/11
h

O Sr. Presidente informou que alguns dos problemas aqui focados irão ser vistos "in loco" no decurso da presente presidência aberta e em presença das situações será definido o tratamento a dar-lhe. Em relação a outros, procurou dar uma explicação sobre a situação actual dos mesmos, como por exemplo: sobre a pavimentação das praças da urbanização a Sudeste de Cacia, informou que o concurso para a execução dos trabalhos se encontra aberto, aguardando-se a entrega das propostas por parte dos concorrentes, pelo que a perspectiva é de que a adjudicação deve ser feita a curto prazo e as obras iniciadas antes do Verão; Sobre o eventual fecho da Rua da República ao trânsito pesado, acha a ideia simpática e exequível tão mais depressa quanto mais depressa abrir o IC1, porque de facto muito deste trânsito poderá ser encaminhado através deste itinerário e desviado da 109 que está a dividir a Vila, contudo, esta solução não será muito imediata. O Governo anunciou que iria lançar a concurso o IC1 no fim do mês de Junho e a Câmara está atenta. A solução do IP5 não resolverá todos os problemas porque há importantes indústrias em Cacia e os carros têm que cá chegar e o desvio teria que ser ou muito abaixo ou muito acima, no entanto, é uma sugestão a ponderar. Sobre esta questão, o Sr. Vereador Prof. Celso Santos esclareceu que o IC1 à volta de Cacia já existe e que é, exactamente o troço do IP5 que vem desde Angeja até à chamada "curva dos 100" na zona Industrial e este troço corresponde, simultaneamente, ao IP5 e ao IC1 e não resolve o problema que está aqui a ser focado e também não é muito viável obrigar o trânsito pesado ir a Angeja e voltar para trás.

Sobre as diversas queixas aqui apresentadas, relativamente às cinzas provenientes da Funfrap, o Sr. Presidente informou que estes resíduos têm vindo a ser transferidos em grande quantidade para o novo aterro e portanto isso poderá minorar os incómodos causados. De seguida, pediu ao representante desta Empresa, presente na Sala, uma explicação sobre o estado actual do problema, ao que pelo Sr. Alexandre Fonseca, foi dito que: É evidente que a Funfrap é uma indústria e poderá, eventualmente, uma vez ou outra, sofrer de alguns dos males aqui apontados, mas pode afirmar que, de uma maneira geral, isso não acontece em nenhum dos aspectos que foram ditos. É perfeitamente impossível, por exemplo, a segunda queixa que aqui foi apresentada, de que de noite se fariam descargas. Se alguém conhecer o processo da Funfrap, sabe que isso é completamente impossível porque não há depósitos que permitam fazer isso. A questão das cinzas, não sabe, propriamente, a que chamam cinzas, se calhar não são da Funfrap pois esta não produz cinzas mas sim resíduos sólidos e gasosos, mas cinzas propriamente ditas não. Por isso há qualquer coisa que não bate certo. Os resíduos sólidos são areia de dois tipos: uma completamente inerte que vai para o aterro municipal e outra que não sendo completamente inerte, embora ao abrigo da legislação portuguesa seja considerada como

tal, a Funfrap, que é uma empresa que se orgulha de ir além daquilo que a legislação exige, transfere-a para uma empresa que depois a vai tratar. Os gasosos a Funfrap faz medir, no mínimo, duas vezes por ano, as emissões gasosas que são comparadas com a legislação portuguesa e pode dizer que, no pior dos casos, estão a um terço dos limites legais admissíveis. Isto é o que, de momento, se pode dizer. Aproveitou para convidar a Câmara a visitar as instalações da empresa, quando assim o quiserem.

Continuando, o Sr. Presidente aludiu a outras questões que foram abordadas, nomeadamente a relativa aos colectores na Rua Dr. Tomás de Aquino, que ao que parece estão avariados, pelo que solicitou ao Sr. Eng.º Canas dos Serviços Municipalizados para ter este assunto em consideração.

Sobre a pista de remo disse que, naturalmente, não se irá esquecer a Colectividade Popular de Cacia e que sendo este era um dos assuntos que tencionava abordar nesta reunião aproveitava para apresentar o trabalho que tem vindo a ser feito, pelo que pediu ao técnico municipal responsável a sua apresentação. A Arquitecta Diamantina expôs o projecto e fez o ponto da situação sobre o mesmo. Disse que se trata de um projecto algo complicado, pois é uma aspiração da população de Cacia que data da década de quarenta e que não foi desenvolvida até agora do ponto de vista técnico porque, de facto, não é fácil apesar do espaço reunir condições naturais óptimas, incluindo uma cortina de vegetação que proporciona a protecção da área da competição, exactamente na frente mais atingida pelos ventos e que permite pensar esta área com alguma tranquilidade mas implica fazer ainda muito trabalho. Para que a pista possa ser internacional e possa reunir condições para vir a ser uma pista olímpica, precisa de ser alargada para sul, para uma distância que corresponde sensivelmente ao dobro da largura do actual canal, mantendo as condições naturais que já existem a norte. Necessário será também dotar a área de algumas instalações que do ponto de vista da federação Internacional são obrigatórias como sejam a área de partida e área de chegada, com instalação de bancadas, torre de chegada, área de sanitários e balneários, centro médico, armazéns de barcos e outras instalações que têm a ver com a animação, como sejam bares e outros similares de hotelaria, lojas de lembranças, etc.. Para além disto, existe o problema dos acessos quer por terra quer por água, que carece ser revisto porque, neste momento todo o atravessamento está a ser feito pelo interior das povoações sem o mínimo de condições e, para além destes, terá que ser efectuado um arruamento obrigatório do ponto de vista da FISA, que irá consolidar a margem sul e que servirá a circulação do serviço de apoio às competições. Para o acesso por água prevê-se um ancoradouro do lado poente (Ria) e outro do lado nascente (Rio). Estas são, basicamente, as características do projecto que tem implicado alguns contactos com entidades que têm projectos e estudos relacionados com esta área, como é o caso do projecto do baixo-

Vouga Lagunar a norte, de um estudo que está em execução para a área da bacia do Vouga que tem a ver com a regularização dos caudais, para além das entidades a consultar relativamente às áreas de jurisdição, dado que se trata de áreas integradas quer na REN quer na RAN. Neste momento encontra-se em execução o estudo de impacte ambiental em articulação com os nossos próprios estudos.

Seguiu-se uma intervenção da Sr^a. Vereadora Dr^a. Maria Antónia para pedir esclarecimentos em relação à situação deste projecto, concretamente, em que fase é que se encontra, quais as possibilidades de financiamento pois acha que um projecto desta envergadura tem que ter apoio, possivelmente comunitário e previsões dos prazos de execução. O Sr. Presidente disse que a Pista de Remo é realmente uma aspiração antiga e a documentá-lo é o facto de ter em sua posse uma fotografia de 1953 que recorda uma manifestação feita na Praça José Estêvão, com muita gente envergando cartazes a defender a pista, no decurso da qual o Bispo D. João Evangelista de Lima Vidal fez um discurso em defesa desta infra-estrutura. E dizia isto para reforçar que, de facto, esta ideia está muito arraigada na ideia dos aveirenses e que desde a tomada de posse deste Executivo se começou a trabalhar neste projecto e o que já foi feito foi contratar com a Universidade o estudo de impacte ambiental pois sem isso o projecto chega a certa altura e para e temos a informação que estará concluído em meados de Julho; fizemos o levantamento topográfico que era absolutamente essencial; fizemos o estudo da implantação da pista, dos acessos, dos equipamentos de apoio, tudo no respeito das normas da Federação Internacional de Remo que foi consultada. Portanto, pela primeira vez temos um projecto bastante adiantado. Hoje, ainda, no decurso desta reunião, iremos abrir concurso para o projecto hidráulico e de infra-estruturas, que irá dizer-nos coisas muito importantes como seja saber se vamos ter duas barragens ou uma, se basta transformar a barragem actualmente feita pela Portucel a jusante ou se é necessário outra a montante. Tudo isto terá que ser bem articulado para que a pista se possa avançar sem prejuízo daquilo que são as necessidades, designadamente da Portucel. Depois de tudo isto feito, teremos o projecto da pista pronto para ser candidatado a fundos comunitários e, seguidamente, abriremos o concurso para a sua execução. Os prazos serão os mais curtos possíveis. O projecto será faseado, a pista será feita e o resto virá por acréscimo e nada se perderá. Estamos optimistas em relação a esta questão.

O município Sr. Jorge Afonso voltou a usar da palavra, para pedir que, até que todo o processo da pista se conclua, seja tomada em atenção a necessidade de se efectuarem algumas obras de valor pouco elevado, de forma a possibilitar que se mantenha a realização das provas de remo que todos os anos são solicitadas por vários Clubes e não se perca a

possibilidade de manter cá o campeonato nacional por falta de pequenas infra-estruturas fáceis de executar.

De seguida, outro município, Sr. Casimiro Calafate da Associação do Baixo Vouga pediu a palavra para se referir ao assunto e, em especial, ao alargamento da Pista, para salientar que há uma coisa importante não só para a «área desportiva e para a agricultura mas também para o meio ambiente da zona do Baixo-Vouga, que é a necessidade de se travar, o mais rapidamente possível, o avanço das águas salgadas Rio Vouga acima que hoje se faz sentir já a nível de S. João de Loure, pelo que alguma coisa terá que ser feita e pensa que a AMRia devia ser envolvida neste processo, pois tudo o que for feito a este nível também vai beneficiar os concelhos vizinhos, em especial Albergaria e Estarreja, o que quer dizer que é necessário efectuar esforços para que este processo seja global e penda para a defesa da zona do Vouga.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Prof. Celso Santos disse que este assunto já foi colocado no âmbito da AMRia e, por isso, queria propôr à consideração da mesa o seguinte: a Câmara iria candidatar todo este projecto sozinha, mas, dado que surgem, também, problemas agrícolas e hidrológicos, entende que toda a área merece um estudo conjunto, pelo que talvez fosse conveniente uma reunião com ambas as Entidades. O Sr. Presidente emitiu a opinião de que, na fase em que se encontra o processo e para que se não perca o seu controle, seria conveniente ser a Câmara a candidatá-lo sozinha e, no futuro, se se verificar oportuna a intervenção da AMRia, então sim, efectuar diligências conjuntas, caso contrário, corre-se o risco de se voltar à fase inicial, o que se torna bastante complicado.

Sobre o Pavilhão de Cacia, o Sr. Presidente disse que esta Câmara o considera absolutamente urgente sendo, do seu ponto de vista, o mais urgente em relação a outros estabelecimentos escolares, pelo que devido a ele não ter sido contemplado este ano com verbas em PIDAC, foi endereçada carta ao Sr. Secretário de Estado a sensibilizar o Governo para esta urgência e pedindo a sua inclusão em PIDAC do próximo ano.

Sobre o aterro sanitário, o Sr. Presidente disse que em sua opinião esta infra-estrutura vai ser um claro progresso em relação às lixeiras que temos e que a nossa qualidade de vida ambiental vai melhorar muito pelo facto de passarmos a ter um aterro tratado e controlado. É certo que há alguma sobrecarga na medida em que há outras Câmaras que vão beneficiar do aterro mas tem que haver alguma solidariedade municipal porque há um prazo de 10 anos e depois haverá uma rotação entre as Câmaras envolvidas e o aterro será levado para outro Município, pelo que é preferível haver cooperação encontrando as soluções técnicas que actualmente são as melhores.

Sobre o Mercado Abastecedor disse que realmente o que temos é mau e, como todos sabem, e é uma questão que a Câmara tem vindo a acompanhar e está disposta a mudar

tão breve quanto possível, o que contudo não poderá verificar-se antes do início do próximo ano dado que também se torna necessário adquirir terrenos para o efeito. Em termos de transferência de mercado abastecedor para Cacia, temos informações de que o terreno é exiguo para as reais necessidades desta infra-estrutura pelo que a ideia da sua implantação nesta freguesia está a ser equacionada e contraposta a outra utilização. Quanto à cobertura do mercado de Cacia há opiniões contraditórias. Umhas pessoas entendem que não deve ser coberto porque devem ser mantidas as características que tem, sem estar a sobrecarregar o espaço com equipamento coberto. Por isso há que se pensar bem essa questão em conjunto com a Junta de Freguesia, estudando-se, também, com a possibilidade de ser entregue à Junta a gestão do mercado.

Quanto à questão da passagem de nível ao caminho de ferro que segundo pensa, neste momento, é a última que existe em todo o concelho a nível de linha do norte, disse estar já em estudo a respectiva supressão e pediu ao técnico municipal responsável, Eng.º Higinio, que fizesse a apresentação do respectivo estudo, tendo este referido que para além da supressão da PN, o estudo contempla, também, a construção de uma Passagem Superior rodoviária junto ao actual mercado e a construção de uma Passagem Inferior de peões no traçado da actual PN que possui um perfil transversal tipo que permite, também, o atravessamento de velocípedes.

Outra questão que foi seguidamente abordada por outro munícipe Sr. Vítor Manuel Rodrigues de Sá, foi a respeitante ao esgotamento de fossas feitas pelos serviços camarários, afirmando que, por diversas vezes já foi visto o carro ir fazer o despejo para o Rio ou espalhá-las pelos campos o que vai dar ao mesmo. Nesta matéria, respondeu o Sr. Vereador Eduardo Feio que disse que infelizmente essa situação acontece não só em Cacia mas também noutras localidades, mas ela é tão-somente da responsabilidade dos funcionários afectos a esse serviço, dado que há um despacho oficial no sentido de obrigar que todos os afluentes derivantes das fossas sejam levados para um destino legal e está a ser ultimada uma proposta no sentido de este serviço ser adjudicado a uma empresa privada para duplicar a nossa capacidade de recolha e, independentemente disso, houve também uma articulação com os Serviços Municipalizados no sentido de identificar pontos em rede onde essas fossas possam ser despejadas para não ter que se ir só à ETAR. Assim, se algum desses problemas existe é à rebeldia do despacho desta Câmara, pelo que pede o favor de denunciarem formalmente essas situações para que possam ser tomadas medidas internas que lhe ponham cobro.

Relativamente aos vários problemas de saneamento aqui focados, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Eng.º Canas, Director-Delegado dos Serviços Municipalizados, pedindo-lhe que fizesse o ponto da situação sobre o assunto. Este começou por dizer que para dotar a freguesia de Cacia com rede de saneamento em todos os aglomerados, teria que se investir num

montante próximo dos seiscentos mil contos. Relativamente à situação actual, disse que se fez recentemente, a instalação de saneamento em Quintã do Loureiro, obra que foi a primeira acção no âmbito das compensações da implantação do aterro sanitário. Também na Quintã do Loureiro, está previsto ainda este ano completar a rede de saneamento que vai atingir o valor global de mais sessenta e cinco mil contos que corresponde, também, à Rua da Paz. Para além deste investimento também estará terminado, no próximo mês de Setembro, todo o projecto de execução dos aglomerados de Vilarinho, Sarrazola, Paço e Póvoa do Paço ultrapassando o investimento o valor de quatrocentos mil contos, terá que haver, forçosamente, um planeamento financeiro muito rigoroso, certamente terá que ser a Câmara a definir as prioridades deste investimento, sendo preocupação dos SMA e da Câmara apresentar uma candidatura no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio. Este projecto está elaborado de uma forma que permite a sua execução por fases e está em completa articulação com a SIMRIA. Sobre o sistema elevatório de Esgueira a Cacia disse que a propriedade desta infra-estrutura não é municipal, não é dos SMA mas da AMRIA, Associação que tem sido apoiada pelos Serviços em todas as infra-estruturas que tem instaladas no concelho. Quanto aos aspectos negativos aqui levantados sobre reposição de pavimentos, e porque se diz muitas vezes que a culpa é dos Serviços Municipalizados quando não é, disse que durante muitos anos, era a própria Câmara que procedia à reposição das valas abertas pelos Serviços, entretanto e face ao volume de obras, foi entendido que não era possível a Câmara continuar o ritmo da reposição e, de há 15 dias a esta parte, o Conselho de Administração dos SMA deliberou entregar estes trabalhos a uma Empresa, o que quer dizer que a reposição agora vai ser muito mais rápida do que era até ao momento.

PISTA INTERNACIONAL DO RIO NOVO DO PRÍNCIPE – PROJECTO HIDRÁULICO E DE INFRAESTRUTURAS: - Conforme foi referido pelo Sr. Presidente na intervenção anterior e em face da informação técnica junta, a Câmara deliberou, por unanimidade, abrir concurso público para a elaboração do projecto hidráulico e de infra-estruturas da Pista Internacional de Remo do Rio Novo do Príncipe.

Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar o respectivo caderno de encargos e programa de concurso, anexos ao respectivo processo.

HABITAÇÃO SOCIAL: - No uso da palavra, a Sr^a. Vereadora Dr^a. Maria Antónia, disse que o facto de ter aqui vindo uma senhora colocar uma questão relacionada com a habitação social, aproveitava para referir uma vez mais que entende ser prioridade absoluta de uma Autarquia, as questões relacionadas com a habitação social porque a habitação é a base

do equilíbrio de todas as sociedades, sem habitação não pode existir equilíbrio familiar e como atrás da habitação vem todos os outros problemas como os de saneamento, pavimentação de arruamentos, iluminação pública e outras infra-estruturas, pensa que, de facto, a Autarquia deve concentrar-se, prioritariamente em resolver os problemas da habitação pois enquanto se verificar falta de habitação para todos não poderá existir paz social.

ORDEM DE TRABALHOS: *De seguida deu-se início à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.*

INFORMAÇÕES DIVERSAS SOBRE A FREGUESIA DE CACIA: -

Relativamente a este ponto o Sr. Presidente informou que as informações que pretendia transmitir, foram quase todas abordadas no decurso do período de intervenção do público mas que valia ainda a pena falar em outros como por exemplo no Museu Etnográfico de Cacia cujas obras de recuperação se encontram quase concluídas, tendo solicitado à técnica responsável Arquitecta Emília Silva feito a apresentação do respectivo processo para conhecimento de todos os presentes. Esta referiu que se trata da remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho, e que se teve em linha de conta a preservação da fachada, sendo por isso as obras apenas a nível de interior, por forma a dotar o edifício com a polivalência necessária às características de um espaço museológico dinâmico e vivo.

Relativamente ao Salão Nobre da Junta de Freguesia, onde está a decorrer a reunião, o Sr. Presidente informou que também estas instalações carecem de obras de recuperação, pelo que irá preparar-se também, o respectivo concurso com vista à respectiva execução.

Sobre as obras no Pavilhão Náutico de Cacia, informou que, no decurso da presidência aberta será efectuada uma visita ao local e, portanto, em presença da realidade será definido o volume das obras a executar e em relação ao arranjo do Jardim Central da Vila foi dado conhecimento pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia que estes trabalhos já foram executados pela Junta.

URBANIZAÇÃO SÁ-BARROCAS - PAVIMENTAÇÕES: - No seguimento da deliberação tomada em 8 de Junho, corrente, foi presente a informação prestada pela comissão de análise, segundo a qual, a proposta que apresenta preço mais vantajoso, para a empreitada em epígrafe, é a do concorrente JOÃO SIMÕES MARQUES VIEIRA & FILHOS, LDA..

Foi deliberado, por unanimidade e nos termos do disposto no artº 67º do Decreto-Lei nº 55/95, de 29 de Março, transmitir a todos os concorrentes que a intenção deste Executivo

vai no sentido de a adjudicação ser feita à firma acima citada, pela importância de sete milhões oitocentos e oitenta e quatro mil cento e vinte escudos, acrescida de IVA.

Mais foi deliberado que, caso não sejam apresentadas quaisquer alegações no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação se considera aprovada, bem como a minuta do respectivo contrato.

A propósito desta urbanização, a Senhora Vereadora Maria Antónia chamou a atenção para o facto de, junto à Rotunda, se encontrar um acampamento de famílias de etnia cigana, pelo que, dado tratar-se de uma zona bastante central da cidade, era de todo conveniente tomar providências que provoquem o desalojamento das mesmas.

PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO – EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE: - No seguimento da deliberação de 11 de Maio, findo em que esta Câmara adjudicou a concessão da exploração do Snack-Bar e Restaurante Self-Service sito no Parque de campismo de S. Jacinto, à Firma Guia & Gracia, Lda., foi presente uma carta da mesmo a informar da sua desistência, por considerar que o material existente não reúne as condições estritamente necessárias ao bom funcionamento da actividade. Lida a informação prestada sobre o assunto pela Comissão de Análise, e de acordo com a mesma, foi deliberado, por unanimidade, adjudicar a exploração do referido Snack-Bar e Restaurante Self-Service à Firma concorrente, classificada em segundo lugar, EURONUTRI – Sociedade de Restauração e Serviços, Lda., pelo valor de dois milhões e trinta mil escudos, conforme proposta pela mesma apresentada.

CENTRO SOCIAL DE AZURVA – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFANTIL: - Presente o processo de concurso relativo ao fornecimento e aplicação de equipamento infantil para o Centro Social em epígrafe, cujas propostas foram abertas por deliberação de 8 de Junho, último. Foi lida a informação da comissão de análise, segundo a qual, a proposta que apresenta preço mais vantajoso é a da Firma concorrente G.C.& C. – Gabinete de Criação e Comunicação, Lda. Foi deliberado, por unanimidade e nos termos do disposto no artº 6º do Decreto-Lei nº 55/95, de 29 de Março, transmitir a todos os concorrentes que a intenção deste Executivo vai no sentido de a adjudicação ser feita à firma G.C.& C., pela importância de trezentos e setenta e seis mil trezentos e vinte escudos, acrescida de IVA..

Mais foi deliberado que, caso não sejam apresentadas quaisquer alegações no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação se considera aprovada.

ESCOLA JOÃO AFONSO DE AVEIRO: - Na sequência da deliberação tomada em 8 de Junho, corrente, foi presente a informação prestada pela comissão de análise, segundo a qual, a proposta que apresenta preço mais vantajoso para o fornecimento e colocação da vedação da zona norte e nascente da Escola em epígrafe, é a do concorrente N° 1 – SARIFER – Sociedade Serralharia Mecânica, Lda..

Assim foi deliberado, por unanimidade e nos termos do disposto no artº 67º do Decreto-Lei nº 55/95, de 29 de Março, transmitir a todos os concorrentes que a intenção deste Executivo vai no sentido de a adjudicação ser feita à firma acima citada, pela importância de dois milhões cento e oitenta e seis mil escudos, acrescida de IVA.

Mais foi deliberado que, caso não sejam apresentadas quaisquer alegações no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação se considera aprovada.

ESCOLAS DO CONCELHO – SUBSTITUIÇÃO DA CAIXILHARIA DA ESCOLA PRIMÁRIA DE SÃO BERNARDO: - Face a um pedido da Junta de Freguesia de São Bernardo e a uma informação dos técnicos responsáveis segundo a qual se torna necessário a substituição da caixilharia de madeira existente na Escola Primária daquela Freguesia, por uma caixilharia de alumínio termolacado, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de concurso limitado, cujo preço base se estima em um milhão e seiscentos mil escudos

IDEM- SUBSTITUIÇÃO DO PISO DA ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE SÃO BERNARDO: - Ainda segundo o mesmo ofício da Junta de Freguesia de São Bernardo e face à informação dos técnicos, o Executivo deliberou, por unanimidade, solicitar aos Serviços que efectuem uma consulta a várias firmas com vista à substituição do piso de betão por um piso vinílico, e cuja estimativa de custo se cifra em cento e oitenta mil escudos.

JUNTA DE FREGUESIA DE ARADAS: - De acordo com o pedido efectuado pela Junta em epígrafe, e face a uma informação dos Serviços de Vias e Trânsito, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a colocação de uma placa de estacionamento proibido, num dos lados da Rua do Sol, no lugar da Quinta do Picado, entre a cabine e o Restaurante João Capela.

IDEM: - Foram ainda analisados mais dois pedidos formulados pela Junta de Freguesia de Aradas, no sentido de a Câmara Municipal ceder diverso material, destinado à construção de muros em dois lugares daquela freguesia, concretamente, Quinta do Picado e

Bonsucesso. Por unanimidade, foi deliberado, autorizar a cedência do material solicitado, estimado em quinhentos e quarenta e sete mil escudos.

AGROVOUGA/98: - O Sr. Vereador Eng.º Cruz Tavares entregou a todos os restantes elementos do Executivo, o programa definitivo da Agrovouga/98, que decorrerá de 11 a 19 de Julho, próximo, o qual mereceu aprovação, por unanimidade.

IDEM – CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE MANEIO: - De seguida, o Sr. Vereador referiu que, para o bom funcionamento e desenvolvimento de todas as actividades inerentes ao certame, se torna necessário que o respectivo Secretariado disponha de verba para o efeito, que possa ser utilizada de imediato, motivo pelo qual propôs a constituição de um fundo de maneio no valor de cinco mil contos. Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta e, por conseguinte, autorizar a constituição de um fundo de maneio do valor referido, cuja gestão ficará a cargo do Sr. Vereador proponente e o pagamento será efectuado à medida que for sendo necessária a realização das despesas.

IDEM – SUBSÍDIOS: - Ainda por proposta do Sr. Vereador Eng.º Cruz Tavares e na sequência da deliberação já tomada na reunião de 4 de Maio, último, foi deliberado, por unanimidade, conceder às associações abaixo indicadas os seguintes subsídios, destinados ao pagamento de prémios e outros custos de participação no certame: Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Marinhoa – um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil escudos; Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa – um milhão novecentos e oitenta e um mil escudos; Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro – oito milhões duzentos e cinquenta mil escudos; Associação de Criadores da Raça Holstein da Região Centro – quatro milhões oitocentos e quarenta mil escudos.

IDEM - PUBLICIDADE: - Por proposta do Sr. Vereador Eng. Cruz Tavares, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a inserção de publicidade sobre a Agrovouga/98, em diversos locais e publicações, nomeadamente, Turisver – cento e vinte mil escudos; Revista Holstein (EABL – Estação de Apoio à Boavicultura Leiteira) – duzentos e vinte mil escudos; comboios da CP (FC&F – Imagem & Comunicação Delegação Norte) – duzentos e quarenta mil escudos; e Jornal Publiexpo (Jornalpress, Soc. Publicações, Lda.) – cento e oito mil escudos.

CONSERVAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PELO MÉTODO DE ATERRO SANITÁRIO: - O Sr. Vereador

Eduardo Feio informou que o contrato de prestação de serviços para conservação do sistema de tratamento de resíduos sólidos pelo método de aterro sanitário irá terminar a 30 de Junho, próximo, mas que atendendo às condições atmosféricas adversas que atingiram o país, com um período de chuvas bastante prolongado, verificou-se um atraso nos trabalhos do Aterro Sanitário, pelo que a data previsível para entrada em funcionamento será o dia 1 de Outubro, próximo. Atendendo ao exposto, e considerando que a firma que actualmente presta serviço no aterro sanitário, por deliberação de 30 de Março, último, tem cumprido integralmente o caderno de encargos, com um boa qualidade de serviços prestados, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do que determina a alínea f) do nº 1 do artº 36 e nº 1 do artº 37º do Decreto-Lei nº 55/95, de 29 de Março, adjudicar à Firma VÍTOR FRIAS, LDA., na modalidade de ajuste directo, a continuação dos trabalhos de conservação em epígrafe, pelo período de três meses, de 1 de Julho a 30 de Setembro do corrente ano, pela importância total de três milhões cento e oitenta um mil e oitocentos escudos, acrescida de IVA.

CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM HIDRÁULICA SOB A ROTUNDA DA FORÇA-VOUGA E LIMPEZA DA LINHA DE ÁGUA: - Foi deliberado, por

unanimidade, proceder à abertura de concurso público para a realização da empreitada em epígrafe, cujo preço base se cifra em trinta e seis milhões de escudos.

Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar o caderno de encargos e programa de concurso respectivos.

HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: - Na sequência da deliberação de 8 de Junho, corrente, e considerando as manifestas más condições de higiene no trabalho com que se deparam alguns dos serviços municipais, designadamente, inexistência de equipamento de protecção, tais como luvas, máscaras, calçado adequado quer para o pessoal de obras, quer para os coveiros, por proposta do Sr. Presidente o Executivo, deliberou, por unanimidade, a abertura de concurso limitado destinado a adquirir equipamentos de protecção necessários no domínio das obras, jardins, cemitérios e limpeza, devendo os Serviços preparar o caderno de encargos e programa de concurso, bem como a estimativa de custos.

URBANIZAÇÃO FORÇA-VOUGA – EMPREITADA DE ARRANJOS EXTERIORES NO SECTOR G: - Face a uma informação/proposta do DPGP, na qual se propõe uma utilização pública, que privilegie as zonas verdes ajardinadas, foi deliberado, por

unanimidade, autorizar a abertura de concurso limitado, com vista à realização da empreitada em epígrafe bem como incumbir os serviços de estabelecerem um caderno de encargos e programa de concurso, que contenha a respectiva estimativa de custos.

ESTÁDIO MÁRIO DUARTE - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DE APOIO AOS CAMAROTES: - Na sequência da deliberação 18 de Maio, último, foi presente ao conhecimento da Câmara um processo respeitante à empreitada em epígrafe, e para a qual se convidaram a apresentar proposta as Firmas AFONSO GOMES DOS REIS; EMEJOTA – M. de Construção, Lda.; e CONSTRUTORA DA BAIRRADA, Sociedade de Construção, Lda.. Mais foi dado conhecimento da informação prestada pela comissão de análise das propostas que aponta para a celebração de um acordo com a Firma EMEJOTA – Materiais de Construção, Lda., na modalidade de ajuste directo, ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artº 52º do Decreto-Lei nº 405/93, de 10 de Dezembro. Assim foi deliberado, por unanimidade, transmitir a todos os concorrentes que a intenção deste Executivo vai no sentido de a adjudicação ser feita à firma acima citada, pela importância de cinco milhões trezentos e trinta seis mil seiscentos e oitenta e oito escudos, acrescidos de IVA.

Mais foi deliberado que, caso não sejam apresentadas quaisquer alegações no prazo legalmente estabelecido, a adjudicação se considera aprovada, bem como a minuta do respectivo contrato.

ESTÁDIO MÁRIO DUARTE - OBRAS DE CONSERVAÇÃO DAS BANCADAS DO TOPO NORTE. - Foi igualmente presente o processo relativo à empreitada em epígrafe, aberto também na sequência da deliberação de 18 de Maio, último, e para o que foram consultadas as empresas a seguir referidas e que foram assim numeradas: Nº 1 – MANUEL VALENTE & PINHEIRO, LDA.; Nº 2 - AFONSO GOMES DOS REIS; e Nº 3 - EMEJOTA – M. de Construção, Lda.. Em face da informação da comissão de apreciação das propostas, segundo a qual a proposta mais vantajosa nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 52º do Decreto-Lei nº 405/93, de 10 de Dezembro é a da Firma MANUEL VALENTE & PINHEIRO, LDA, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, transmitir aos interessados que a deliberação desta Câmara vai no sentido da adjudicação ser feita à Firma acima citada, na modalidade de ajuste directo, pela importância de oito milhões oitocentos e cinquenta mil escudos, acrescidos de IVA.

Mais foi deliberado que, caso não sejam apresentadas alegações pelos concorrentes, a adjudicação e a minuta do contrato consideram-se aprovadas.

ESTÁDIO MÁRIO DUARTE - REMODELAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BALNEÁRIOS E POSTO MÉDICO:

- Também no seguimento da deliberação da deliberação de 18 de Maio, último, e face à urgência da execução dos trabalhos de remodelação e recuperação dos balneários no estádio em epígrafe, que deverão estar concluídos antes do início da época futebolística, e nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 52º do Decreto-Lei 405/93, de 10 de Dezembro, o Executivo, deliberou, por unanimidade, adjudicar a execução desta empreitada à firma EMEJOTA – Materiais de Construção, Lda., na modalidade de ajuste directo, e pela importância de dois milhões trezentos e quarenta e cinco mil escudos, acrescidos de IVA

ESTÁDIO MÁRIO DUARTE – AQUISIÇÃO DE CADEIRAS:

- Pelo Sr. Presidente foi presente um ofício do Sport Clube Beira-Mar na qual é proposto a esta Autarquia a instalação de 10.000 cadeiras no Estádio Mário Duarte. Considerando que existe um contrato-programa entre a Liga Portuguesa de Futebol Profissional e o Instituto Nacional do Desporto, em que este subsidia em 700\$00 cada cadeira a instalar nos estádios de futebol, a Câmara, por proposta do Sr. Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio de mil duzentos e setenta e cinco escudos por cada unidade, num total de doze milhões e setecentos e cinquenta mil escudos para comparticipar na aquisição das 10.000 cadeiras pretendidas.

De seguida e pelas 13 horas e 30 minutos, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos e marcou a sua continuação para o dia seguinte, com início pelas 9.30 horas.

Pelas 9.30 horas do dia 26 os trabalhos foram reiniciados, ainda no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Cacia e em seguimento da presidência aberta iniciada no dia anterior.

ORÇAMENTO – ALTERAÇÕES: - Foi deliberado, com a abstenção da Senhora Vereadora Dr.ª Maria Antónia, aprovar a segunda alteração ao orçamento ordinário para o ano em curso, cujo montante se cifra em duzentos e cinquenta e cinco milhões e oitocentos mil escudos.

HABITAÇÃO – URBANIZAÇÃO DE SANTIAGO: - De acordo com a informação nº 46/98, do Serviço Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar que Joaquina Rosa de Almeida, realojada precária e provisoriamente num apartamento de tipologia

T3 do Bloco 30 da Urbanização em epígrafe, seja realojada definitivamente num T2 que se encontra vago no mesmo bloco.

COMBÓIO TURÍSTICO: - Com referência à circulação na cidade, do combóio turístico, cuja actividade foi suspensa por deliberação de 4 de Maio, findo, o Sr. Presidente deu conhecimento de que o mesmo já se encontra de novo em funcionamento uma vez que a respectiva proprietária *Firma Circuitos Turísticos de Aveiro*, obteve uma licença da Direcção-Geral de Viação que lhe permite a circulação provisória até ao próximo dia 9 de Julho, pelo que propôs que a Câmara Municipal autorize a respectiva circulação até esta data, o que mereceu aprovação, por unanimidade.

Sobre esta questão, a Senhora Vereadora Dr.^a Maria Antónia chamou a atenção para a necessidade de se verificar a questão da segurança e do seguro da viatura e dos reboques porque, em caso de acidente, poderá a Câmara vir a ser responsabilizada, ao que também no uso da palavra, o Sr. Vereador Prof. Celso Santos referiu que a Câmara terá que ter algum cuidado na elaboração do caderno de encargos que irá estar na base do futuro concurso de concessão deste equipamento.

Assim a Câmara deliberou, por unanimidade e por proposta do Sr. Presidente, que os serviços providenciem a elaboração de um caderno de encargos bem como o necessário programa de concurso com vista à abertura de concurso público para a concessão da exploração de um combóio turístico na cidade.

TABELA DE TAXAS E LICENÇAS – ISENÇÕES: - De acordo com a informação prestada pela Repartição de Taxas e Licenças e nos termos do que estabelece o § 4.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os pedidos formulados pela Associação Remar Portuguesa e Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, isentando-os do pagamento da taxas devidas, respectivamente, pela ocupação de espaço no Largo do Rossio e pela colocação de cartazes para divulgação de um espectáculo para angariação de fundos.

INDMZNIZAÇÕES: - Presente uma carta de Nelson Gabriel Costa Morais, a solicitar o pagamento de uma indemnização pelos prejuízos causados na sua viatura, nomeadamente danificação de um pneu e uma jante, pelo facto de ter batido com a roda da frente numa grande pedra que se encontrava na Rua do Chão do Além, freguesia de Santa Joana, quando pelos serviços da Junta de Freguesia se procedia à limpeza de valetas. Considerando que pedida informação sobre o assunto à Junta de Freguesia de Santa Joana esta

respondeu que os trabalhos se encontravam devidamente sinalizados e que o pessoal estava equipado com coletes coloridos, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada, até que seja efectuada melhor prova.

ASSOCIAÇÃO DAS CIDADES E REGIÕES DA EUROPA PARA A CULTURA "LES RENCONTRES": - Foi apresentada ao conhecimento da Câmara uma

carta enviada pela Associação "Les Rencontres", com sede em Paris em que, segundo informação do funcionário municipal responsável pelo Gabinete de Cooperação, se propõe a adesão à referida Associação com um pagamento de uma quota anual de cinquenta mil escudos; o preenchimento de uma ficha de identificação para ser incluída na próxima edição do anuário dedicado à Administração Local Europeia; a participação nos Encontros de Estocolmo que constituirão a reunião anual da Associação; e a participação noutras iniciativas regionais, tais como na edição de um Boletim Informativo periódico.

Sobre esta matéria, o Vereador Eng.º Cruz Tavares disse haver uma grande discussão à volta do interesse destas associações e das gemações e alguma confusão, nomeadamente entre o interesse turístico e entre outra vertente que é o interesse político. Há quem defenda que estas coisas servem apenas para fazer política para aproximar as cidades e isto já mereceu da Comunidade Europeia a distinção de ter um Comissário Europeu para promover esta matéria. Em sua opinião, política é trabalho, contra a opinião de muita gente, porque muitas vezes à volta destes assuntos, resolvem-se muitas vezes questões muito mais importantes do que à volta de um campo de batalha. Por isso, vota a favor da adesão a esta Associação.

Também no uso da palavra, a Senhora Vereadora Dr.ª Maria Antónia disse que, talvez por falta de informação suficiente, tinha algumas dúvidas sobre os objectivos e as consequências de uma organização desta natureza, motivo pelo qual se irá abster.

O Sr. Vereador Prof. Celso Santos disse que das experiências que tem tido das gemações anteriormente feitas, não tem dúvidas que é um acto político. Contudo entende-as como um bom contributo para a paz entre os povos. Temos experiências extraordinárias no nosso concelho, resultantes de actos de gemação, por exemplo com Arcachon. O nosso sistema de depoluição em alta da Ria é cópia autêntica daquilo que foi visto pelos aveirenses em Arcachon. E é bom de ver a consideração e o respeito que um autarca dessas cidades tem para com os emigrantes portugueses. Por isto votará favoravelmente.

Igualmente no uso da palavra, o Sr. Vereador Domingos Cerqueira emitiu a opinião de que, de facto, se existem gemações que produzem bons efeitos, outras há que, efectivamente, mais não servem para que os autarcas se passem de um lado para o outro.

Disse que é com muita pena que diz isto porque já esteve como autarca numa geminação com uma cidade guineense e até hoje não viu que essa Câmara tivesse uma palavra de apoio às pessoas que estão a sofrer em Bafatá. No entanto, as geminações efectuadas entre os Bombeiros de que faz parte e os de Arcachon, tem tido um sentido muito positivo. Por isso é preciso termos sensibilidade para saber distinguir o que tem interesse e o que não tem.

De novo com a palavra, a Sr^a. Vereadora Dr^a. Maria Antónia disse que a verdadeira política, para evitar guerras, começa na prevenção da falta de habitação, da falta de emprego, nos apoios sociais que têm que ser feitos e nas discriminações que se fazem a nível de integração das pessoas. Essa é que é a verdadeira política. Resolver problemas prioritários que se verificam à nossa volta. Pensa, contudo, que um certo universalismo é muito importante mas não devemos cair na ilusão de ter grandes objectivos universais sem resolver os problemas que vemos à nossa volta, mas sim proceder e tomar deliberações com os pés bem assentes na terra.

O Sr. Presidente disse estar de acordo com a Dr^a. Maria Antónia, contudo acha que também não podemos cair no extremo oposto e ficar à espera de ver os nossos problemas todos resolvidos e só depois ter um gesto em favor de outras comunidades, é evidente que nunca chegaríamos a dar esse passo porque temos sempre problemas a resolver. Portanto temos que ir fazendo uma gestão equilibrada e ir tentando resolver os nossos problemas por um lado e, por outro, ir fazendo algum intercâmbio que pode ser muito útil. Há que saber distinguir aquilo que são abusos em termos de geminações e aquilo que é uma geminação conscienciosa e frutuosa. Entende interessante que se faça uma cooperação activa entre cidades como Aveiro que tem um nível de desenvolvimento superior àquele que existe nas cidades do interior da Guiné, por exemplo, e por outro lado, tem interesse a nível de lucro municipal, pois há empresas portuguesas que acompanham as visitas e que detectam oportunidades de investimento em face de contactos com empresas mais evoluídas. Por isso embora às vezes nos pareça que as geminações não dão frutos, elas têm sempre um retorno que pode para nós ser do ponto de vista económico e social a nível de investimentos, mas seguramente para as cidades mais pobres que visitamos, elas podem resultar em apoios muito positivos que pensa deverão continuar a ser desenvolvidos por nós. Em relação a esta Associação de Cidades e Regiões da Europa para a Cultura, custa-nos cinquenta mil escudos por ano, permite-nos receber um boletim informativo que dá conta de todas as actividades da Associação e das iniciativas que cada uma das cidades associadas vai realizando para promover a cultura, pode ser um veículo importante para nos manter actualizados, pelo que assim sendo não se opõe à adesão.

Novamente com a palavra, a Sr^a. Vereadora Dr^a. Maria Antónia acrescentou que em seu entender a primeira obrigação de Portugal é o contacto com as antigas colónias, pois fizemos a colonização e mais tarde e muito mal, a descolonização, temos obrigação de os

ajudar, portanto do seu ponto de vista a cooperação com as antigas colónias é prioritária, desde que equilibrada, sem cair na facilidade de fazer muitas viagens para não gastar muito dinheiro desnecessário.

Seguidamente, o Sr. Vereador Domingos Cerqueira aproveitou para informar que os Bombeiros de Arcachon virão a Aveiro em Agosto próximo, no âmbito da sua gemação com os Bombeiros Voluntários de Aveiro.

O Sr. Vereador Eduardo Feio referiu que a discussão em causa não tem nada a ver com gemações mas sim com a adesão a uma rede de cidades europeias e nesse quadro gostava de fazer uma referência para que a Câmara, assim como está a analisar a adesão à Rede de Cidades Digitais e à Rede das Cidades Livres de Automóveis, que, a aprovar-se, terá que ser submetida à Assembleia Municipal, estude também, a adesão a esta Associação e se inclua também esta, para levar à A.M.

Esta proposta do Sr. Vereador Eduardo Feio mereceu a concordância de todos, pelo que foi deliberado, com a abstenção da Vereadora Dr.ª Maria Antónia, estudar a adesão à Associação "LES RENCONTRES" integrada na Rede de Cidades Europeias, em conjunto com a adesão à Rede de Cidades Digitais e à Rede de Cidades Livres de Automóveis e, posteriormente e se vier a deliberar-se positivamente, submeter todo o conjunto à consideração da Assembleia Municipal.

AVEIRO E GUINÉ – GEMINAÇÃO: - A propósito de toda a discussão havida anteriormente o Sr. Presidente disse que, em face dos contactos preliminares já efectuados anteriormente e uma vez que a situação na Guiné é de crise e de subsistência e no pressuposto de que será um gesto politicamente interessante e de solidariedade, propunha que se iniciasse um processo de amizade com uma cidade da Guiné, pelo que foi deliberado, por unanimidade, encetar as diligências necessárias para o efeito.

RECEITA DO ESPECTÁCULO DE PAULO GONZO: - Foi lida uma informação do serviços de cultura, dando conta que a receita do concerto do músico Paulo Gonzo, realizado no passado dia 15 de Maio, no Teatro Aveirense, foi de um milhão e setenta e quatro mil escudos, pelo que se propõe que esta importância seja deduzida ao débito existente entre esta Câmara e o Teatro Aveirense, tendo sido deliberado por unanimidade, concordar.

PROJECTO CRYPTA 3000: - Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento à Companhia de Teatro EFÊMERO, da quantia total de um milhão quatrocentos e

vinte e seis mil trezentos e três escudos, respeitante às despesas relativas à apresentação da Peça de Teatro de lançamento do Projecto CRYPTA 3000.

SUBSÍDIOS: Foi deliberado, por unanimidade, atribuir os seguintes subsídios:

- cinquenta mil escudos à *Paróquia de S. André - Esgueira*, para apoiar a organização das marchas populares, em Esgueira, que decorreram no passado dia 13 de Junho;

- duzentos e doze mil e quinhentos escudos às *Florinhas do Vouga - Instituição Particular de Solidariedade Social*, para fazer face às despesas com a deslocação de 90 crianças à Expo'98;

- quarenta mil escudos à *Escola do 1º Ciclo EB nº1 de Eixo*, destinado ao pagamento de despesas de aluguer de um autocarro, para realização de uma viagem de estudo dos 80 alunos da escola;

- vinte cinco mil escudos à *Escola Primária nº 3, da Vera Cruz*, com vista a custear o transporte dos alunos numa viagem de estudo;

- sessenta e cinco mil escudos ao *Coral Vera Cruz*, para comparticipar nas despesas de organização de um "Concerto de Páscoa", no dia 18 de Abril, último;

- cem mil escudos à *Junta de Freguesia de Cacia*, destinado a apoiar a realização das Festas ao Divino Espírito Santo 1998, que ocorreram entre 29 de Maio e 3 de Junho, último;

- quinhentos mil escudos ao *CENAP - Centro Atlético Póvoa Pacense*, para comparticipar nas despesas com as obras a efectuar no Pavilhão daquela associação desportiva;

- oitenta e cinco mil setecentos e trinta escudos à *Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Bela Vista*, destinado à aquisição de material desportivo;

- Finalmente e por proposta do Sr. Vereador Jaime Borges foi ainda deliberado por unanimidade, conceder um subsídio de quinhentos escudos/aluno, destinado a comparticipar nas despesas de deslocações à EXPO'98 dos alunos dos seguintes estabelecimentos escolares: *Escola do 1º Ciclo da Alumieira, Escola Primária nº 2 de Cacia e Escola Primária nº 1 de Oliveirinha.*

Mais foi deliberado, por unanimidade, que o subsídio a entregar a cada escola seja repartido pelos alunos mais carenciados, ficando ao critério de cada Conselho Directivo a respectiva distribuição.

Seguidamente foram ainda tratados os seguintes assuntos não constantes da ordem de trabalho.

“VERÃO COM RITMO”/1998: - O Sr. Vereador Jaime Borges deu conhecimento da informação nº 4/98, da Equipa responsável pelo desenvolvimento do projecto em epígrafe, relativa ao lançamento do Programa OTL/98, a realizar de 20 de Julho a 29 de Agosto e destinado à ocupação dos tempos livres dos jovens e crianças de Santiago e Griné, iniciativa que já se vem repetindo a alguns anos. Por unanimidade, foi deliberado aprovar o programa em causa, nos termos em que se encontra elaborado e, por conseguinte, autorizar a realização das despesas que se tonem necessárias para o efeito, nomeadamente, pagamento aos monitores, o que se cifra em cerca de um milhão e oitocentos mil escudos.

ENSINO RECORRENTE: - Ainda pelo Vereador Sr. Jaime Borges foi submetido à consideração da Câmara, o teor de um protocolo a estabelecer com a DREC, através da Escola Secundária José Estêvão, no âmbito do Projecto “(Re)construir Projectos de Vida” em Santiago, através do qual o referido estabelecimento de ensino se propõe assegurar o acompanhamento e avaliação do 3º. Ciclo do ensino básico recorrente a ministrar na sede do projecto, em Santiago, articulando-o com o funcionamento do sistema nos estabelecimentos de ensino oficial e ao Projecto, da responsabilidade da Câmara, competirá para além da cedência das instalações para funcionamento, as demais ações de apoio constantes do ponto 2 do protocolo.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o documento em análise, o qual fica a constituir parte integrante da presente acta.

CÂMARA MUNICIPAL – VEREADORES: Tomou a palavra o Sr. Vereador Eng.º Cruz Tavares para tecer algumas considerações sobre esta 1ª reunião de Câmara, feita no âmbito de uma presidência aberta da iniciativa do Sr. Presidente da Câmara, cuja acção enalteceu e considerou como um acto conseguido, sobretudo numa Câmara que tem dado muita atenção a um vector que passa um pouco por cima dos cidadãos, que é o projecto das cidades digitais. Acha que nesta presidência aberta houve um contraponto, que foi a participação directa das populações, que é muito útil para este avanço tecnológico que é inevitável e que preocupa todos os responsáveis a nível nacional e internacional e cujo objectivo é acabar com o analfabetismo informático. Por isso o seu voto de louvor à Câmara e ao Sr. Presidente da Câmara.

Seguidamente disse que sempre defendeu que é nos momentos de maior euforia e de maior afirmação do poder de uma determinada força, que as pessoas e de uma maneira geral o País, precisam de ter uma alternativa de poder, ou seja, ter alguém da oposição que garanta a

continuidade de uma estabilidade política. Nesse sentido, tinha muita honra de ter escolhido Cacia que, como todos sabem é Social Democrata, para comunicar que o elenco da Câmara passará a ter menos um independente, pois irá filiar-se no Partido que o apoiou nas eleições e, a partir de hoje, será militante do PSD. É em Cacia que faz esta declaração, além do mais, em homenagem às pessoas de Cacia e à confiança que elas demonstraram no projecto político do PSD.

O Sr. Presidente agradeceu as palavras e disse ter a certeza que o facto que o Sr. Vereador acabou de anunciar não vai mudar em nada o empenho, a seriedade e o entusiasmo que tem posto na análise dos problemas de Aveiro, pelo que a Câmara contará sempre com a sua isenção e o seu trabalho.

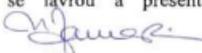
NOTA FINAL: - O Sr. Presidente agradeceu a todos os presentes e a todos os Cacienses na pessoa do Sr. Presidente da Junta o bom acolhimento que deu à Câmara Municipal, o facto de nos terem disponibilizado as instalações e o acompanhamento que nos foi dado no decurso da visita à freguesia. Pensa que a presidência aberta foi conseguida, as pessoas vieram expôr os seus problemas e, isso só, já seria uma vitória em termos da eficácia pretendida, pois trata-se de pessoas que não teriam ido à sessão normal da Câmara apresentar esses problemas. E isto é, de facto, prova de que trazer a Câmara às pessoas faz sentido. Espera que a Câmara saiba ser consequente com esta presença aqui e a eficiência dos nossos serviços possa confirmar as expectativas e dar sequência às queixas que a população aqui apresentou. Muito Obrigado.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o nº 4, do Artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

A presente acta foi distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura, conforme determina o artº 4º, do Decreto-Lei nº 45362, de 21 de Novembro de 1963.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 12 horas do dia 26 de Junho de 1998. .

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, Dra. Isabel Maria de Almeida Ferreira Amorim, 
Directora dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.